REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
27/03/2018
Horário: 09h 00 às 12h00

Participantes	
Membros:	
SEDS	**COGEMAS**
Maria de Lourdes Corres Perez San Roman	Elenice Malzoni - Curitba
Ricardo dos Santos Michelli	José Roberto Zanchi – Fazenda Rio Grande
Paula Cristina Calsavara Cunha	Darcy Gris – Palotina
Juliany S. dos Santos	Maria da Silva Souza - Colombo
Alzenir de Fátima B. S Santos	Mariângela Broch da Costa – Maria Helena
Sandra Cristiane K. Busnello	
Membros da Secretaria Executiva:	
Juliana Muller – Secretária Executiva CIB/PR, Vivia Aparecida da Silva Ogg – Membro COGEMAS, Eduardo S. Zolymoy – Membro COGEMAS, Slvia Caroline Barchak - SEDS, Maria Helena G. Mattos – membro SEDS e Helena Navarro G. Geiger – membro SEDS.	
Demais Participantes: Daniele M. Vieira (assessoramento jurídico SEDS), Paulo Horácio (SEDS), Rebekka R Alves – Piraquara, Wani Caetano de Castro – SEMAS/Pinhais e Márcia Andréia P. Lemes, Ulisses F. de Melo – Ibaiti, Karina C. S. Manabe / Ibaiti e Tasiane C. de Souza.	

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião
2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 27/02/2018
3. Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS (CGS)
4. Minuta de Resolução para aquisição de equipamentos para CRAS e CREAS II (UTPFP)
5. Minuta de Resolução - Incentivo V (UTPFP)

6- Informes:
6.1. Programa Família Paranaense
6.2. Enquete estadual complementar sobre a execução da MSE em meio aberto (CPSE)
6.3. Enquete sobre as Campanhas AEPETI - enfrentamento ao trabalho infantil (CPSE)
6.4. Capacitação EAD MSE - parceria com Poder Judiciário e Ministério Público (CPSE)
6.5. Deliberação nº 012/2018 – CEAS/PR - Incentivo à Pessoa com Deficiência II (SAS)
6.6 . Fechamento do CRAS do município de Jacarezinho (CPSB)
6.7. Deliberação nº096/2017 – CEAS/PAIF - Prazo para prestação de contas Recursos PAIF (CPSB)
6.8. Deliberação nº 065/2017 – CEAS/PR – Benefício Eventual (CPSB)
6.9. Informes da Reunião da CIT
6.9.1. Informes COGEMAS

Abertura:

A Coordenadora suplente da CIB/PR e superintendente da assistência social, Maria de Lourdes San Roman, iniciou a reunião ordinária dando boas-vindas aos participantes, apresentando a coordenadora Alzenir de Fátima B. S. Santos que substituirá a coordenadora Glady Tortato que fará parte da equipe da SAS/SEDS.

REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
27/03/2018
Horário: 09h 00 às 12h00

1. Aprovação da pauta da reunião:

A pauta foi aprovada com a seguinte inclusão:
- Acórdão 2404/2017 do Tribunal de Contas da União.

2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 27/02/2018.

Aprovada.

3. Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS (CGS)
O membro titular e coordenador da Gestão do Suas/SEDS, Ricardo Michelli iniciou a apresentação do Relatório da Execução dos Status do Pacto de Aprimoramento, realizando a leitura das metas e dos status correspondentes. O relatório consta o status do mês de Maio/2017, (referente ao exercício de 2017) e o status de Dezembro de 2017. Para o exercício de 2018, em Outubro será apresentado um novo panorama. Ricardo ressaltou, que algumas bases de dados, vinculados ao cadastro único (dados da Caixa Econômica) necessitam de adequação e verificação de informação. Destacando ainda, que o referido pacto mensura as mesmas metas para todos os estados. Onde no caso do PR, como a maior parte dos municípios, são de pequeno porte I, algumas metas tornam-se inalcançáveis. Durante a leitura do Relatório, foram realizados os seguintes destaques: Meta: assegurar aos 100% dos municípios assessoramento e apoio técnico prestado a equipe qualificada, preferencialmente com a presença de profissionais da área de antropologia. Em maio de 2017 o status era de atingido parcialmente, continuando em Dezembro de 2017, pois não há antropólogos na composição do quadro de servidores. Em maio de 2017 o status era de atingido parcialmente, continuando em Dezembro de 2017, pois não há antropólogos na composição do quadro de servidores. Neste aspecto, a coordenadora suplente e Superintendente de A. Social- SEDS, Maria de Lourdes San Roman, destacou, que no início da aprovação das metas do Pacto, foi solicitado na CIT, que o governo federal apoiasse os estados com a realização de consultorias, reforço e atendimento não realizado. Meta: diretriz de aperfeiçoamento institucional, estrutura da vigilância socioassistencial, Ricardo explicou que as ações da vigilância socioassistencial são realizadas pela CGS, onde a função de forma alguma fica descoberta, porém não te sem um setor para a realização desse serviço exclusivo, assim, o status da meta. De Dezembro/2017 continua como não atingido. A coordenadora suplente e Superintendente de A. Social- SEDS, Maria de Lourdes San Roman, também destacou essa meta, mostrando-se preocupada, pois o estado do PR realiza essa ação na Coordenação de Gestão do SUAS/SEDS em conjunto com a ATPI e com técnicos do IPARDE, com muita competência, porém não possui um setor específico com o nome de vigilância socioassistencial. Assim, gostaria que essa meta fosse classificada como atingida e a formalização da vigilância na CGS em 2018. José Roberto Zanchi, presidente do COGEMAS, sugeriu a elaboração de uma carta da CIB a Secretaria de estado, ressaltando a importância da criação de uma estrutura administrativa do setor de vigilância socioassistencial, uma vez que as ações já são realizadas. Ricardo portanto, finalizou a apresentação do Relatório, com a leitura da demais metas, sendo o mesmo considerado **Pactuado**. A representante do município de Curitiba, Elenice Malzoni, sugeriu a elaboração de um quadro demonstrativo no formato de gráficos, para se ter uma maior visibilidade do percentual de alcance. Ricardo informou, que o instrumento está em construção.

4. Minuta de Resolução para aquisição de equipamentos para CRAS e CREAS II (UTPFP):
A técnica da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPFP), Paula Calsavara, apresentou a proposta da resolução, que possui o mesmo objeto da resolução anterior, com a diferença apenas da obra, onde o recurso será através da fonte do FEAS. Municípios contemplados: Amaporã, Farol, Nova Cantu, Pérola D' Oeste, Tamboara, com o valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo R$ 100.000,00 (Cem mim reais) por CRAS construído no município, desde que a obra esteja devidamente licitada e com a ordem de serviço emitida, sendo estes procedimentos informados à SEDS pela Paraná Edificações, para as aquisições dos equipamentos. Os municípios deverão preencher o Plano de Ação do recurso pleiteado, no Sistema Fundo a Fundo – SIFF, durante o período de

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
27/03/2018
Horário: 09h 00 às 12h00

02/05/2018 à 30/05/2018. Com o envio do processo de adesão (02 vias do Termo de Adesão e cópia da resolução publicada) aos Escritórios Regionais da SEDS, até o dia **05/06/2018.**Prazo para execução, até 01 de junho de 2019, devido a finalização do cofinanciamento do BID. **Resolução Pactuado.** Sr. Darcy (membro da CIB, representante do município de Palotina), questionou, se há possibilidade dos municípios que estão construindo CRAS, receberem recursos para a equipagem desses novos equipamentos. Paula esclareceu, que no momento não há previsão que ocorra a ampliação dessa resolução para novos municípios. Se ocorrer a ampliação, serão para obras cofinanciadas pelo BID, independente se o município faz parte da adesão espontânea ou prioritária. Maria de Lourdes (Coordenadora suplente da CIB/PR) informou, que será registrado a possibilidade de atendimento dessa demanda, com a realização de um estudo de viabilidade para ser pautado na próxima CIB.

5. Minuta de Resolução – Incentivo V (UTPFP):
A técnica da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPFP), Paula Calsavara**,** informou, sobre o Incentivo Família Paranaense V – IFP V, modalidade de cofinanciamento para ações de Assistência Social, repassado aos municípios pelo Fundo Estadual de Assistência Social. Onde a proposta é manter o valor de até 80 mil reais para cada município prioritário do programa, **obedecendo as ferramentas de gestão que é o índice de aderência,** onde será realizado a leitura de como está ocorrendo o desenvolvimento do acompanhamento das famílias pelos municípios. Quanto mais o município conseguir utilizar a ferramenta, maior será o seu índice de aderência, com maior possibilidade do recebimento do cofinanciamento. Portando, há municípios que não poderão receber. O recurso a ser utilizado para o IFP V será de até R$ 12.480.000,00 (doze milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) aprovados no Plano de Ação do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS 2018 pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, repassados aos 156 municípios prioritários do Programa Família Paranaense, aprovados pela deliberação 005/2012, 68/2012 e 098/2014 do CEAS. Os mesmos deverão preencher o Plano de Ação do recurso pleiteado, no Sistema Fundo a Fundo – SIFF, durante o período de **02/05/2018 à 30/05/2018.** Com o envio dos documentos para o processo de adesão (02 vias do Termo de Adesão e cópia da resolução publicada) aos Escritórios Regionais da SEDS, até o dia **05/06/2018.** Devido a fonte de recurso advir de financiamento internacional (BID) o município deve priorizar sua execução até, no máximo, dia 01 de junho de 2019. **Resolução Pactuada**.

6- Informes:
6.1 - Programa Família Paranaense:
A técnica da Unidade Técnica do Programa Família Paranaense (UTPFP), Paula Calsavara, apresentou o cronograma de capacitação da UTPFP, visando o acompanhamento familiar. Datas: Londrina (Regionais de Londrina, Ivaiporã, Apucarana e Cornélio Procópio) - 08 e 09 de maio de 2018; Curitiba (Regionais de Curitiba, União da Vitória e Guarapuava) 12 e 13 de junho de 2018; Curitiba (Regionais de Ponta Grossa, Pato Branco, Jacarezinho, Paranaguá e Irati) 14 e 15 de junho de 2018; Maringá (Regionais de Maringá, Umuarama, Campo Mourão, Cianorte e Paranavaí) 15 e 16 de maio de 2018; e Foz do Iguaçu (Regionais de Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul : 22 e 23 de maio de 2018. Sobre o Renda Família Paranaense, Paula informou os seguintes dados: No mês de Março de 2018, foram atendidos 106.269 famílias, valor do benefício: R$ 2.834.177,00. Finalizado o informe, Paula informou sobre a realização do Encontro do Família Paranaense, agendado para o período da tarde, onde serão ressaltados os 06 anos do Programa.

6.2. Enquete estadual complementar sobre a execução da MSE em meio aberto (CPSE)
A Coordenadora da Proteção Social Especial (CPSE) e membro titular da CIB, Juliany Santos, informou sobre a realização de uma enquete complementar lançada pela coordenação, devido à ausência de informações importantes da enquete do governo federal. Assim, o objetivo da enquete do estado (que possui prazo de preenchimento do dia 19 até o dia 29 de março) é construir um panorama da real situação da execução dos serviços do estado, identificando os municípios que possuem maiores dificuldades, alcançar os municípios de pequeno porte que não tem CREAS e diagnosticar a rede de atendimento que envolve outras secretarias e sua relação com o poder

judiciário. Juliany ressaltou, que até o momento 197 municípios acessaram a plataforma, onde apenas 85 concluíram o preenchimento do questionário, solicitando, portanto, apoio na mobilização e divulgação da pesquisa, junto aos municípios.

6.3. Enquete sobre as Campanhas AEPETI - enfrentamento ao trabalho infantil (CPSE)
A técnica da Proteção Social Especial (CPSE), Helana Navarro G. Geiger, informou sobre o lançamento da enquete sobre as campanhas do PETI realizadas. A enquete terá como objetivo, a mensuração da efetividade das campanhas, obtendo a percepção dos gestores, referente a qualidade dos materiais, processo de entrega, trabalho com as famílias e até mesmo sobre o impacto atingido. O resultado da enquete servirá de base para o planejamento futuro da CPSE, com relação a continuidade das campanhas e/ ou a realização de outras estratégias. O questionário será lançado aos 399 municípios, terá questões simples e objetivas e iniciará após o término da enquete da MSE (que finalizará em 29 de março).

6.4. Capacitação EAD MSE - parceria com Poder Judiciário e Ministério Público (CPSE)
A Coordenadora da Proteção Social Especial (CPSE) e membro titular da CIB, Juliany Santos, informou sobre a realização da capacitação EAD referente a execução das MSE, em parceria com o poder judiciário, MP e demais secretarias de estado envolvidas no processo. O trabalho visa o nivelamento das ações, pois há um entendimento e reconhecimento, de que algumas ações (propostas pedagógicas) realizadas nos municípios com a participação do judiciário, não são tão positivas. Os encontros ocorrerão pela escola de magistratura, via videoaulas, transmitidas nas comarcas. Serão 05 encontros, nas quintas-feiras das 16h às 18h30, com início no dia 26 de abril de 2018.
Complementado, a representante do município de Colombo, Maria da Silva, destacou a importância de se ajustar o trabalho dos Centros de Socioeducação (CENSE) com as ações dos serviços das medidas socioeducativas do meio aberto. Assim, Juliany informou, que já se tem o registro dessa prática em alguns municípios, portanto essa demanda será levada e discutida no Grupo de Trabalho, para ser instituída no protocolo de atendimento.
A coordenadora suplente e Superintendente de A. Social- SEDS, Maria de Lourdes San Roman, informou sobre a realização de um estudo pela CPSE/SEDS, de um sistema, que permitirá a integração do SINASE e SUAS (conforme discussões já ocorridas na CIT). Complementando, Juliany informou, que esse sistema já existe no estado de São Paulo, ocorrendo a interface do meio fechado com o PROJUDI. E no Paraná, a DEASE já possui também a interface com o PROJUDI, mas essa relação não ocorre com o meio aberto. Assim, está ocorrendo um estudo de viabilização dessa ação, que vai permitir o acompanhamento dos adolescentes em todas as etapas de sua inserção, com a informação da sua procedência (histórico preservado) e notificação aos municípios.

6.5. Deliberação nº 012/2018 – CEAS/PR - Incentivo à Pessoa com Deficiência II (SAS)
A coordenadora suplente e Superintendente de A. Social- SEDS, Maria de Lourdes San Roman, informou sobre a ampliação do Incentivo à PCD II, para mais 100 municípios, visando atender futuramente aos demais municípios que ainda não foram contemplados, totalizando 399. Para este, foram apresentados os novos critérios de ranqueamento, baseados nos dados do IPARDES (População total projetada 2018), CadÚnico (base relativa ao mês de janeiro de 2018), IBGE (Censo Demográfico 2010).

6.6 . Fechamento do CRAS do município de Jacarezinho (CPSB)
A Coordenadora da Proteção Social Básica (CPSB) e membro titular da CIB, Alzenir de Fátima B. Sizanoski Santos, informou sobre a realização do fechamento do CRAS do município de Jacarezinho (que atualmente está funcionamento como espaço de equipe volante), onde o ER de Jacarezinho já tinha conhecimento do fato, e de que, maiores informações estão sendo aguardadas, do próprio ER, CMAS e órgão gestor que foram inclusive notificados pelo CEAS/PR**.** O município de Jacarezinho justifica a decisão de fechar o CRAS devido ao limite prudencial com despesas com pessoal. É denominado de Pequeno Porte II, apresenta características de vulnerabilidade social com cofinanciamento pelo governo federal com 02 CRAS para 7.0000 famílias referendadas. José Roberto Zanchi, vice-

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
27/03/2018
Horário: 09h 00 às 12h00

presidente do COGEMAS e representante o município da Fazenda Rio Grande, mostrou-se preocupado, ressaltando as implicações políticas e a falta de visibilidade da assistência social nos municípios. Assim, algumas discussões foram realizadas acerca dos recursos em conta, processo de gestão, condições dos trabalhadores do SUAS e o direito das famílias na continuidade dos serviços. **Encaminhamentos:** realização de uma carta conjunta CIB e COGEMAS aos municípios, ressaltando a importância dos CRAS e a universalização de acesso aos serviços, e o envio de um ofício ao órgão gestor do município de Jacarezinho, solicitando informações sobre os motivos do fechamento do CRAS, como está ocorrendo a execução dos serviços e qual é posição do CMAS.

6.7. Deliberação nº096/2017 – CEAS/PAIF - Prazo para prestação de contas Recursos PAIF (CPSB)
A Coordenadora da Proteção Social Básica (CPSB) e membro titular da CIB, Alzenir de Fátima B. Sizanoski Santos, informou o panorama da prestação de contas do PAIF, onde dos 112 municípios elegíveis, 112 aderiram, 21 foram pagos na modalidade convênio e 91 na modalidade fundo a fundo em 02 parcelas. Situação da modalidade convênio: 19 foram pagos e 02 permanecem vigentes (município de Nova Esperança vencerá em 08/06/2018 **e** Cianorte vencerá 16/05/2018); Situação modalidade fundo a fundo – 1ª Parcela: - 91 municípios, sendo que 78 encaminharam a prestação de contas do período de julho a dezembro de 2016; 02 possuem pendências; 06 permanecem em análise na CPSB; 13 não enviaram a prestação de contas. Situação modalidade fundo a fundo – 2ª Parcela: - 91 municípios, sendo que 11 encaminharam a prestação de contas, do período de janeiro a junho de 2017; 01 possui pendência; 07 estão em análise na CPSB e 80 não enviaram a prestação de contas. Conforme consta na deliberação nº 096/2018 - CEAS/PR, os prazos para a prestação de contas dos recursos do PAIF, será até o dia 30 de junho de 2018, e o prazo final para a prestação de contas, até o dia 31 de julho de 2018. A CPSB enviará e-mail aos ER dos respectivos municípios, com o objeto de alertá-los sobre o prazo final da prestação de contas, informando, que caso os prazos não sejam cumpridos, os recursos deverão retomar ao FEAS.

6.8. Deliberação nº 065/2017 – CEAS/PR – Benefício Eventual (CPSB)
A Coordenadora da Proteção Social Básica (CPSB) e membro titular da CIB, Alzenir de Fátima B. Sizanoski Santos, informou sobra a prorrogação do prazo de adesão ao Benefício Eventual, até o dia 31 de Maio de 2018, ressaltando o panorama de adesão: 64 municípios estão em processo de análise de conta, 17 municípios com pendência, 31 justificaram a não adesão e 12 municípios não se manifestaram. As ações da SEDS serão voltadas, para o aumento de adesões dos municípios.

6.9. Informes da Reunião da CIT
A coordenadora suplente e Superintendente de Assitência Social- SEDS, Maria de Lourdes San Roman, trouxe relato da reunião da CIT, onde foram discutidos e questionados a unificação dos blocos, pois o MDS continua cofinanciando por serviços, assim o mesmo não acontece no planejamento. É preciso então, apresentar essas questões ao fundo nacional como demanda dos municípios, reforçando a necessidade de orientação sobre o planejamento, para que ocorra a flexibilização do recurso.
Maria de Lourdes San Roman, mencionou outro assunto tratado na reunião da CIT, a Interiorização dos Venezuelanos. Sobre essa situação, relatou sobre reunião ocorrida em Curitiba, que contou com a presença de representantes da FAS, da Agência da ONU para Refugiados – ACNUR e do MDS. Foi discutida a necessidade de mobilização do estado para esta interiorização e a formação de um comitê paranaense. Informou que o Comitê Estadual para Ações Humanitárias será formado juntamente com a SEJU. Pontou que foram discutidas em reuniões estratégias mais viáveis que o acolhimento institucional, visto que o cofinanciamento é insuficiente frente a demanda, embora esteja prevista na portaria 90/2013 do CNAS. A representante da CIB, Juliany S. dos Santos, complementou ressaltando, que os municípios que tiverem interesse em cofinanciamento federal e estadual, façam manifestação e apresentem a rede disponível, uma vez que se trata de situação emergencial.

6.9.1. Informes COGEMAS

REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR
27/03/2018
Horário: 09h 00 às 12h00

A técnica Maria Helena G. Mattos – membro SEDS e da secretaria executiva da CIB, informou sobre o Encontro Regional do COGEMAS Sul que será realizado em Joinville – SC no dia 05/04/2018

Inclusões de Pauta/ Informes da CGS/SEDS: O membro titular da CIB/PR e coordenador da Gestão do SUAS/SEDS, Ricardo Michelli repassou os seguintes informes:

- Reunião ampliada e descentralizada do CEAS/PR agendada para os dias 05 e 06 de abril no município de Londrina, tendo como tema principal, a divulgação e mobilização do processo eleitoral da sociedade civil do CEAS/PR, biênio 2018 -2020;

- Informou sobre o Acórdão nº 2404/2017 do Tribunal de Contas da União, que teve como objetivo a supervisão do MDS sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, assim, a CGS/SEDS, trouxe para discussão no estado a realização do acompanhamento dos CMAS (trabalho já realizado pela CGS) por meio das informações do CadSUAS. Ricardo ressaltou sobre o envio dos ofícios circulares da CGS/SEDS aos municípios que apresentaram pendências, onde até o dia 14 de março, alguns municípios não tinham mandato ativo, são eles: Antonina, Assai, Brasilândia do Sul, Coronel Vivida, Curitiba, Mauá da Serra, Palmital, Santo do Itararé e Tunas do Paraná. A SEDS assumiu o posicionamento, de bloquear o repasse de recursos (de todos os pisos e incentivos) dos municípios que não estiverem com o CMAS em consonâncias com as normativas. O próximo passo será a solicitação de documentos comprobatórios para então, se organizar um banco de dados;

- Sobre a unificação dos Blocos do financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade (BL PSEMC FNAS), já foi publicada a Portaria 967 do MDS, assim os próximos repasses do fundo nacional aos municípios já ocorreram nas novas contas abertas. Nos próximos dias, será publicado a orientação complementar da portaria informando sobre os prazos limites das transferências dos recursos;

- Nos dias 25 e 26 de abril ocorrerá o encontro de Apoio Técnico do Fundo Nacional voltado aos conselheiros. As vagas já estão esgotadas, mas é importante que os municípios mantenham contato com o MDS informando o interesse, para que ocorra a demanda de uma nova agenda.

- Informou sobre a disponibilização de sistema B.I. de vigilância sociassistencial, com base no CADÚNIUCO, aos municípios sem custos. Será assinado termo de cooperação com a CELEPAR. Nos próximos 90 ocorreram as ações de capacitação aos técnicos.